

ESPAÇO PÚBLICO E MEMÓRIAS INCLUSIVAS: A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO DA PESCA DO BACALHAU NO MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO

*Álvaro Garrido**

Resumo: Este texto debate uma experiência relevante de gestão da memória social e de identidades marítimas num contexto museológico marcado por fortes interações entre a História-Ciência e a memória social. O contexto institucional em apreço é o Museu Marítimo de Ílhavo, um museu municipal cuja escala se ampliou na última década devido à ousadia do seu projeto de mediação memorial em torno do património mais emblemático que ali se representa, a pesca do bacalhau no Atlântico Norte, uma lenda nacional e internacional. Partindo do conceito de “conservação memorial” e de uma resenha histórico-filosófica sobre a descoberta conceptual da memória enquanto categoria e realidade fenomenológica, promove-se um debate sobre os dilemas que se colocam aos gestores de património quando estão em causa memórias sociais altamente disputadas. Alguns projetos de mediação de memórias inclusivas promovidos pelo Museu Marítimo de Ílhavo em torno da herança cultural da grande pesca servem de exemplo a uma reflexão mais ampla.

Palavras-chave: Museus; Memória Social; Cultura Marítima; Conservação Memorial.

Abstract: This text discusses a relevant experience of management of social memory and maritime identities in a museological context marked by strong interactions between

* Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra / Museu Marítimo de Ílhavo (consultor), alvfrgarrido@gmail.com

History-Science and social memory. The institutional context under consideration is the Ílhavo Maritime Museum, a municipal museum whose scale has been expanded in the last decade due to the daring of its project of memorial mediation around the most emblematic heritage represented there, cod fishing in the North Atlantic, a national and international legend. Starting from the concept of “memorial conservation” and a historical-philosophical review of the conceptual discovery of memory as a category and phenomenological reality, a debate is promoted on the dilemmas facing heritage managers when it comes to highly disputed social memories. Some projects of mediation of inclusive memories promoted by the Maritime Museum of Ílhavo around the cultural heritage of deep sea fishing serve as an example to a wider reflection.

Key-words: Museums; Social Memory; Maritime Culture; Memorial Conservation.

Introdução

Este texto partilha e discute uma experiência relevante de gestão da memória social e de identidades marítimas num contexto museológico marcado por fortes interações entre a História-Ciência e a memória social.¹

O contexto institucional a que nos referimos é o Museu Marítimo de Ílhavo, um museu municipal cuja escala se ampliou recentemente, em boa medida devido à ousadia do seu projeto de mediação memorial em torno do património mais emblemático que ali se preserva e representa, a pesca do bacalhau no Atlântico Norte, praticada por homens e navios portugueses².

De forma a promovermos um debate teórico e prático a propósito dos dilemas sociais e éticos que se colocam aos gestores de património, em geral, e de memórias sociais altamente disputadas,

1 Para uma definição geral do conceito de memória social, ver FENTRESS E WICKHAM, 1994. Embora os autores assentem a sua conceptualização em processos de memórias camponesas, subscrevemos o conceito na medida em que definem memória social como os modos como se recorda em sociedade e em sociedades por meio de mediações constantes que implicam conflito e diversidade.

2 Para uma história da pesca do bacalhau na sua relação com o espaço, as instituições e o imaginário português, ver GARRIDO, 2011. Ver também GARRIDO, 2010.

em particular, definimos previamente o conceito de ‘conservação memorial’ e discutimos as suas operacionalidades em contexto museológico e no campo social. A questão preliminar que se coloca, inevitavelmente apoiada no cânone conservacionista que orienta o trabalho dos museus, consiste em saber como se conservam memórias ou de que modos os museus podem promover a sua mediação inclusiva no espaço público.

Para que este debate seja fértil, importa colocar em evidência exemplos práticos do programa de construção de memórias concretizado no Museu Marítimo de Ílhavo: o projeto expositivo *Caixa da Memória* e o *Arquivo de Memórias da Pesca do Bacalhau*, já concluídos e cuja concretização esteve muito articulada; o *Portal Homens e Navios do Bacalhau*, em plena construção partilhada com as comunidades marítimas de onde saíram os pescadores-marinheiros e os demais tripulantes da frota portuguesa.

A fechar, faremos uma breve reflexão sobre museus marítimos, territórios sociais e fenomenologias da memória. Tomando por referência os referidos projetos memoriais e os seus resultados, importa saber em que medida as estratégias de pluralização da memória que foram seguidas neste caso enfrentaram dilemas éticos que são muito próprios da gestão patrimonial em contexto museológico.

1. O museus como dispositivo e lugar de mediação

Por razões socioculturais diversas, seja por presunção institucional, seja por excesso de expectativas sociais, hoje tudo se espera de um museu. Museólogos mais e menos avisados, quadros técnicos e tutelados, todos declaram o museu como o lugar de excelência da memória e da identidade, da inovação social e das práticas educativas, nem sempre entendidas como educação informal. Estes sinais, muito comuns sempre que a ideia de museu é mobilizada para ativar heranças culturais fortemente socializadas ou que ainda não reúnem consenso, situa-nos perante a panaceia do património, cuja ideia se tornou aberta, mas totalizante, quase patológica. De forma paradoxal, mas também por isso significativa, esta superlativação dos museus é tanto mais cultivada quanto os projetos museológicos têm escassas possibilidades de serem

pensados de forma autónoma e de serem contratualizados com as respetivas comunidades (comunidades-território ou comunidades de público).

Evoluindo a partir de simples aglomerados de coleções, os museus foram reconfigurando a sua vocação à medida que as sociedades desenvolvidas procuraram mobilizar a memória como elemento estruturante das identidades ou afiliações socioculturais. No entanto, as práticas instituídas de preservação de património, em geral, não exprimem apenas uma nostalgia do passado. Como nota Marc Guillaume, a conservação e a ideia de património participam de um «verdadeiro trabalho de luto relativamente a um mundo em irreversível desaparecimento» (GUILLAUME, 2003: 39).

Os processos do esquecimento e a fenomenologia social da memória – o modo como se recorda em sociedade, por meio dos grupos e por afiliações de classe ou outras – interessam cada vez mais aos museus, quer por necessidade de legitimação das instituições e do poder político que os financia e tutela, quer por expectativas sociais mais ou menos evidentes. Segundo esta dupla ilusão conservacionista e devido a esta procura de um certo reconforto memorial nos museus e noutros lugares de memória instituída, o passado torna-se um valor-refúgio suscetível de reconstruções fictícias, mas que se pretendem autênticas ou mesmo recriadoras do tempo social vivido. Os pós-modernos chamam-lhes ‘representações’; chamemos-lhes narrativas ou discursos.

Frequentemente, estes discursos e técnicas de evocação do passado obrigam os poderes públicos e os grupos sociais interessados em explorar as potencialidades do museu como lugar de poder e sala de espelhos de uma dada comunidade a prepararem uma herança. Se este comportamento tipifica as sociedades pós-industriais em que o Estado pesa nas políticas do património e onde as classes médias se ressentem da falta de uma cultura comum com evidência social, o que se passa com os grupos que têm ou tiveram um território e uma identidade fortes, ou que sempre se distinguiram dos demais? Neste como noutros domínios, devem colocar-se duas questões preambulares: preservar património para quê e para quem? Ativar património ou ‘musealizar’, porquê?

Vejamos este exemplo padronizado mas verosímil. Se um ‘museu do mar’ erigido por iniciativa pública pode reforçar a coesão da comunidade que evoca pelo facto de recolher memórias com rigor

científico e respeito ético pelos actores vivos, também é provável que enquiste uma visão anti-cultural dos patrimónios locais. Esse reverso verifica-se, por vezes, pelo facto de os poderes públicos – e mesmo a ‘sociedade civil’ – não estarem interessados em compreender que a cultura é uma construção criativa e dinâmica, não podendo confundir-se com o património, conceito a que sempre preside uma ideia de luto ou de uma certa rendição à finitude, em especial no contexto europeu judaico-cristão.

Esta ambivalência de sentido de qualquer activação patrimonial-museológica e a especificidade dos museus marítimos obrigam-nos a discutir, previamente, o que se entende por *cultura marítima* e o que se pede, ou o que se poderá pedir, a um ‘museu marítimo’ no tempo pós-moderno que corre e no contexto português.

2. Portugal e o Mar – Uma Relação Hiperidentitária

A relação de Portugal com o mar permanece acomodada em discursos ambivalentes, numa promessa vaga e inconstante de retorno a uma intimidade perdida algures na história.

Volvido o imaginário de uma grandeza ultramarina multissecular e confirmado o declínio da expressão económica das ‘indústrias marítimas tradicionais’ (construção naval, pescas e marinha de comércio), as imagens mais comuns dessa herança são de decadência e perda, acompanhadas de um categórico discurso de ‘moderna reconversão’. Na confluência de tais diagnósticos regeneradores, refunda-se um vago apelo ao ‘regresso de Portugal ao mar’, entretanto ampliado pelas expectativas de alargamento da plataforma continental portuguesa. No mapa ou na imaginação, afinal Portugal nunca foi um ‘país pequeno’.

A ideia de resgate da ‘tradição marítima nacional’, tem reaparecido em contextos diversos: numa exaltação ora associada a celebrações de modernidade (caso da Expo ‘98), ora anunciando novos rumos económicos, como sucede com a teoria do ‘hipercluster do mar’, que foi proposta em sede privada e acolhida como doutrina pública, nomeadamente na Estratégia Nacional para o Mar, em vigor até 2020.

Ante o vazio de discurso e o silêncio sobre o papel da cultura e dos museus neste exaltado maritimismo, não estranha que os juízos estratégicos relativos ao destino do “mar português” evoquem três argumentos frágeis e nostálgicos: 1) A pretensão de que um decidido programa nacional (público e privado) de revigoração da “economia marítima” será capaz de suscitar o crescimento económico português por força do fator geopolítico e de outras vantagens singulares; 2) A insinuação de que só uma economia marítima mais expressiva, inovadora e integrada permitirá a Portugal garantir a sua soberania e ultrapassar a sua inelutável pequenez europeia;³ 3) A declaração dogmática de uma identidade nacional essencialmente marítima, embora com escassa expressão social.

Todas essas narrativas neo-maritimistas se propõem volver o aperto das fronteiras em que se constrange o velho Estado-Nação, valendo-se do mar como retórica de modernidade estratégica. Estado de fachada atlântica (até 1974), depois arquipelágico (de 1977 em diante, quando passou a deter uma imensa Zona Económica Exclusiva,⁴ dezoito vezes maior do que a área terrestre), durante cinco séculos Portugal confinou por lei a sua soberania a uma estreita faixa do Oceano, embora a estendesse a um vasto império ultramarino.

Subjacente a este eterno retorno do mar à agenda identitária portuguesa,⁵ o binómio ‘país atlântico ou europeu’ há muito se achou redutor. Ainda assim, o exaltado atlantismo que perpassa em múltiplos artigos de imprensa e no discurso político mais situado ao centro, resiste à prova histórica: tal como a imaginaram os seus pais fundadores após a Segunda Guerra Mundial, a Europa foi e é, acima de tudo, um projeto continental. Embora o mar tenha sido um molde da civilização europeia, a importância geopolítica do Oceano desde a época do *sea-power*, a cultura que reside nas comunidades marítimas e o contributo das pescas para a identidade cultural dos povos europeus são tópicos ausentes no projeto europeu (DU JOURDIN, 1995: 258-270).

Não existem estudos sobre a cultura marítima dos portugueses e são raras as instituições que procuram promovê-la. Depois da

3 Veja-se COMISSÃO ESTRATÉGICA DOS OCEANOS (2004).

4 Lei nº 33/77, de 28 de maio.

5 O mar como elemento central da construção da identidade portuguesa foi objeto de uma dissertação de doutoramento em Antropologia Cultural que tomou o caso de Ílhavo e do respetivo museu marítimo como observatório. Ver PERALTA, 2008.

exposição universal de Lisboa dedicada ao tema dos Oceanos e após a extinção da Comissão dos Descobrimentos Portugueses, nada de vigoroso ficou neste imenso campo cultural e cívico, apesar de algumas iniciativas promovidas pela Comissão para a Extensão da Plataforma Continental Portuguesa. A única exceção fulgurante tem sido a do ‘comércio’ de memórias marítimas, cujo consumo parece em curva ascendente, dados os anseios de compensação recordatória e identitária que são próprios da pós-modernidade. De forma relativamente desconcertada e ao ritmo de dinâmicas e interesses locais, o apetite cultural pelos patrimónios marítimos alimenta entre nós um incipiente turismo dos lugares de memória que amiúde se reivindica guardião de tradições autênticas. Num balanço de economia cultural, estaremos perante dinâmicas culturais pouco relevantes, mesmo à escala local. No entanto, a sua procura potencial já é relevante e, por isso, recetiva a investimentos criativos e à imaginação empresarial.

3. Cultura Marítima

A *cultura marítima* consiste na variedade de expressões, materiais ou simbólicas, da relação entre grupos humanos e o mar num determinado território e numa certa temporalidade. As *culturas marítimas* não são trans-históricas nem trans-geográficas, embora tendam a ser classificadas da terra para o mar, por sujeitos que muitas vezes as exotizam (AMORIM, 2008: 27-70). As *culturas marítimas* são frágeis e, embora mitificadas pela singularidade dos seus tipos humanos e pela riqueza fascinante da sua ‘cultura material’ – barcos e toda a sorte de artefactos destinados às fainas do mar e às lides da praia e do porto –, são quase invisíveis na medida em que persistem marginais, quase impenetráveis.

Se quisermos entender e narrar a vida marítima, seja por sensibilidade apurada no convívio com a gente do mar, seja por meio da observação directa ou através de outros métodos científicos, importa que a percepção das formas de cultura material e imaterial de uma dada comunidade renuncie às tipificações mitificadoras da literatura de pretensão etnológica e ao actual discurso político e ‘mediático’ sobre o mar, de modo a favorecer uma memória crítica, construída e reconstruída a diversas vozes. Além da aparente

intemporalidade das imagens que se hajam estabelecido sobre uma certa comunidade (narrativas que tendem a alimentar imaginários essencialistas), os colectivos marítimos evoluem num espaço onde as categorias convencionais do tempo linear se expressam contundentemente: passado, presente e futuro; vida e morte.

É nesta injunção de tempos que devemos ancorar os modos de perceber a memória, tomando-a como conceito-chave de qualquer projecto de museologia marítima que aspire a ter nas colecções e nos patrimónios imateriais fortes elementos de diálogo com a sua comunidade de públicos. O projecto sociocultural do Museu Marítimo de Ílhavo (MMI) oferece bons argumentos para este debate.

4. Memória e Memórias

A dimensão coletiva e social da memória afirmou-se, paradoxalmente, na época dos historicismos, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Nesse intervalo de tempo decorreu, sobretudo no espaço europeu dos Estados-Nação e nas nações emergente das Américas, a longa etapa de «nacionalização da memória coletiva» (POMIAN, 1999: 338).

O Estado nacional (de natureza liberal, monarquia ou república) assumiu-se então como gestor da ‘memória histórica’, um conceito essencialmente contraditório na medida em que toda a memória é histórica. A memória coletiva adquiria uma natureza nacional, instituída e oficializada. Ela passava a ser ostensivamente histórica na medida em que o próprio Estado socializa a memória e reivindica esse monopólio ou tutela. O Estado constrói, transmite e ritualiza uma memória que subtrai espaço à expressão social de formas mais espontâneas de recordação – grupos e categorias socioprofissionais.

Mais lenta e disputada noutros domínios do pensamento – longe da História enquanto ciência – foi a emergência do conceito de Memória Social e a reivindicação da memória enquanto objeto da História. Para esse processo concorreram a crise do historicismo e a descoberta da dimensão coletiva e social da memória, nomeadamente o alerta durkheimiano de distinção entre *sociedade* e *sociedades*, reconhecendo nas segundas o modo concreto, ou

histórico, como os diversos grupos constroem e transmitem um passado comum. As sugestões teóricas de Émile Durkheim seriam atualizadas e ampliadas por Maurice Halbwachs em *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* (HALBWACHS, 1925), ao afirmar que, em coexistência com a *memória pública*, há uma *memória privada* e uma *memória social*.

Recordar era, afinal, um ato relacional e um facto social (RICOEUR, 2000: 57-ss.). Desse reconhecimento filosófico e sociológico resultaria a necessidade (apressada pelas várias crises do historicismo e pelas próprias transformações sociais) de dar expressão narrativa à vida dos grupos ou 'eus coletivos' enquanto sujeitos do tempo histórico. Às velhas categorias coletivas do historicismo (nação, povo, raça, classe) juntaram-se novos sujeitos coletivos, cujas identidades começaram a reclamar memórias convergentes e inscritas no espaço público.

Toda a memória é individual e social; toda a memória é seletiva, dinâmica e plural. Partindo do princípio segundo o qual a memória é uma construção social em permanente confronto com o esquecimento, Paul Ricoeur tentou decifrar o modo como o passado se representa em memória: partindo da alegoria platónica, identificou uma fenomenologia assente na *imagem-recordação* (meta-memória).

A memória é a presença no espírito humano de uma experiência ausente, daí a dialética constante que supõe entre memória e esquecimento (AUGÉ, 2001:13-14). A memória são traços ou impressões de passagem; vestígios do passado que se pode e quer recordar – *representificação* (CATROGA, 2001: 11-ss.). A memória consiste assim – ou traduz-se – numa narrativa inter-geracional que exige a produção e reprodução de meta-memórias para cimentar consensos sociais de variada amplitude. Daí a necessidade de produção de imagens-recordação, de memórias-objeto ou mesmo *memórias-fétiche*.

As memórias não são puras. São tensas, dinâmicas e plurais; conflito, em vez de harmonia. Num só indivíduo, podem coexistir memórias pessoais, de família, de grupo ou mesmo de classe; memórias locais, nacionais e outras, todas elas em permanente reconstrução e confronto com o esquecimento (AUGÉ, 2001: 7-ss.).

Durkheim e Halbwachs proclamaram a dimensão colectiva e social da memória, colocando em evidência a fenomenologia social

da memória cujas categorias e processos Ricoeur explicitou numa profunda gramática (RICOEUR, 2000). Mal compreendido no seu tempo, Halbwachs legou aos museus o desafio de procurarem investigar e mostrar de que modo as sociedades recordam, o que recordam e porque recordam. Deixou também boas pistas sobre as disputas e relações de poder que se estabelecem no jogo social da memória.

O apelo é particularmente pertinente para inquiridos memoriais a grupos socioprofissionais cujas memórias parecem especialmente densas ou produzidas no seio dos próprios, a exemplo dos pescadores. A este recurso prévio dos ‘museus do mar e de pesca’ acresce o potencial de atracção narrativa que a vida marítima exerce sobre as sociedades que lhe são estranhas ou que dela se afastaram. Basta notar o retorno do mar ao cinema documental, à literatura para a infância e mesmo ao romance histórico, que hoje se regista um pouco por toda a parte, após um longo divórcio.

A ilusão de que se vive num eterno-presente, a erosão da memória nas sociedades actuais e a cooptação turística dos testemunhos do passado acentuou o declínio do historicismo e das grandes memórias organizadoras da vida social. Porém, a ‘crise da memória’ e o modo como nos lamentamos de viver em sociedades amnésicas podem ser juízos precipitados. Talvez a ideia de Museu encontre menos embaraços nessas tendências difusas de declínio do passado do que desafios e oportunidades. A descoberta do museu como ‘lugar de memória’, que se declarou nos anos oitenta do século XX com o historiador Pierre Nora (NORA, 1984-1993), juntou-se poucos anos depois às vantagens ciclópicas da sociedade digital, cujas tecnologias oferecem incomparáveis possibilidades aos processos de inventário e arquivo de documentos, ao ordenamento de memórias e à sua inscrição no espaço público. Desde que usada com criatividade e ética, a conjugação narrativa das vozes, dos gestos, das imagens e dos próprios objectos invocados em qualquer projecto de museologia marítima permite uma extraordinária pluralização memorial que, à parte, favorece a responsabilidade social dos museus.

Cabe aos museus observar todos estes traços do tempo vivido através de processos futuristas, nomeadamente em diálogo com as artes, em geral, e com a arte contemporânea, em particular, que muitas se rejeteia por se crer antirealista. Se a cultura se pretende

viva e geradora de afiliações, os museus só contribuem para ela se assentarem os seus projectos numa conjugação da *herança* com a *criação* (MARTINS, 2009: 7-11). Assim entendemos o conceito de *memória cultural*.

5. A Ideia de Conservação Memorial

Os museus baseiam-se em contratos sociais estabelecidos em torno de memórias proclamadas como heranças, ou seja, como patrimónios de índole quase sagrada, como se não pudessem prescrever ou como se não deixassem de interessar a ‘comunidade’, dando lugar a outros.

O Museu Marítimo de Ílhavo, fundado em 1937 e refundado em 2001, não foge à regra. A consciência de transitoriedade da pesca do bacalhau como emblema patrimonial do Museu, conduziu a uma pluralização desse referente cultural assente nas colecções de objectos que foram da pesca e navegação de modo a garantir a maritimização do projecto museológico. Esse processo tem sido alcançado por meio da imaginação programática, constantemente recriada através de projectos de investigação capazes de narrativizar patrimónios imateriais. Mas também através de parcerias diversas com museus, universidades e centros de investigação, que deram ao museu um efeito de rede e uma escala mais ampla e aberta à intervenção na sociedade.

O MMI é um lugar de projeto onde a cultura do mar se promove e socializa. Um espaço de memórias e de dinâmicas identitárias nem sempre consequentes, dado que estas não ocorrem dentro do Museu, mas no território social mais vasto dos grupos que se reconhecem no trabalho memorial que o Museu ativa. Tendo sido, durante várias décadas, um museu local e regional de natureza etnográfica, quando precisou de redefinir a sua responsabilidade social, optou pelo perfil mais ousado e moderno de ‘museu marítimo’ assente em diversos eixos de missão: investigação; programa expositivo; educação informal e comunicação cultural. Por necessidade de diferenciação, o MMI evitou o perfil de museu de cultura náutica ou navalista, opção mais fechada, reprodutora e elitista, que tende a desvalorizar o discurso dos principais atores das culturas marítimas. Compreender-se-ia tal opção num museu de tutela militar dotado

de vastas coleções de instrumentação náutica, barcos e cartografia, a exemplo dos museus de marinha nacionais, cuja missão fosse eminentemente historicista.

Não cabe aos museus do mar de âmbito local ou regional replicar a monumentalidade épica desses admiráveis museus marcados pela ideologia navalista formulada por Alfred Mahan em finais do século XIX (MAHAN, 1890) – o navalismo geopolítico das armadas e nacionalismos imperiais –, mas seguir por outros caminhos, abrindo-se à sociedade sem a veleidade de a transformar. Nomeadamente, suscitando problemáticas de fundo cívico que, embora ancoradas no discurso dos objetos memoriais, falem do presente e do futuro. Um bom exemplo reside, talvez, no potencial de interpelação de objetos que sinalizam técnicas depredatórias de exploração dos recursos marinhos, um tema que o MMI incluiu no seu projeto desde que passar a ter património biológico extraordinário, um aquário de bacalhaus, aberto ao público em janeiro de 2013.

Os apelos de crescimento do MMI colocados pela ampliação e renovação do edifício, em 2001, e pela abertura, no mesmo ano, do pólo navio-museu Santo André, um antigo arrastão bacalhoeiro recuperado para fins patrimoniais, exigiram uma profunda revisão do projecto museológico, até então limitado às práticas reprodutoras de um museu etnográfico que nos anos noventa do século XX iniciara um processo de maritimização. Aberto o “museu novo”, era muito claro que a arquitectura do seu belo edifício não deveria alimentar a fantasia de uma criação *ex-nihilo*, como se de um novo começo se tratasse.⁶

Em janeiro de 2003, o programa cultural do MMI foi reorientado para o conceito de *conservação memorial*. De acordo as orientações do Executivo municipal, a gestão do Museu foi dirigida para o crescimento e diversificação de públicos no sentido de legitimar o investimento realizado e de obter ganhos de imagem no âmbito local e regional, propósitos claramente alcançados.

O projeto expositivo foi então colocado no eixo da dinâmica museológica e da comunicação regular com os públicos. «As Artes de pesca, as Pescas e a Arte» foi o tema aglutinador da agenda de exposições temporárias do triénio 2003-2005, na qual se incluiu a exposição temporária *Estética e Ideologia da Faina Maior*. Tema

⁶ Este processo encontra-se descrito e debatido num dos subcapítulos finais da história do MMI (GARRIDO e LEBRE, 2007: 167-173).

de múltiplos sentidos, procurou mostrar algumas representações estéticas e ideológicas, de índole nacional e local, sobre as atividades marítimas expressas nas coleções do Museu, ideia que estaria na base de cerca de uma dezena de exposições temporárias assentes entre 2005 e 2013.

A exposição temporária *Caixa da Memória – Tributo aos homens que foram ao bacalhau*, um registo de instalação e fotografia próximo da linguagem estética da arte contemporânea, despertou um movimento de interação vivaz com diversas comunidades piscatórias do país. Entre 2005 e 2012, este projecto baseado numa iniciativa de restauro digital de documentos (cerca de vinte mil fichas de inscrição de tripulantes bacalhoeiros no respectivo Grémio, entre 1935 e 1974) e numa simples ideia de partilha de memórias (rostos e nomes inscritos numa enorme caixa de luz) conheceu diversas itinerâncias. Essas viagens com escala permitiram ao Museu um diálogo inédito com a sua comunidade de públicos mais preciosa – as comunidades marítimas do litoral português e das ilhas açorianas.

Quase tudo assentou na aplicação prática do conceito filosófico de *conservação memorial*. Nestes e noutros projectos expositivos do Museu apoiados em investigações criativas, de entre os quais se destaca o Arquivo de Memórias da Pesca do Bacalhau, tem sido evidente que a activação memmónica desperta ligações identitárias. Mas há que reconhecer que as tarefas da ‘conservação memorial’ são tão fascinantes quanto delicadas. Exigem um conhecimento preciso da teoria patrimonial e uma consciência muito apurada sobre os limites éticos dos ‘museus-laboratório’.

Considerando os repetidos lamentos sobre o declínio da importância do mar na economia portuguesa – lamúrias pouco justificadas, dado que se assiste a uma reconversão das atividades marítimas tradicionalmente expressivas e de maior peso simbólico (VALÉRIO *apud* GARRIDO, 2006: 95-110) –, que papel pode assumir um museu marítimo?

Essencialmente um, salvaguardadas as especificidades de missão e projeto de cada instituição: promover uma consciência crítica sobre a relação que estabelecemos com o mar e sobre aquela que queremos construir para dar futuros ao passado de uma história de dependências e cumplicidades umbilicais. Noutra perspectiva, os museus marítimos devem ser atores de primeiro plano no atual movimento de religação de Portugal ao mar, cujo

discurso e dinâmicas se têm centrado, excessivamente, na economia e na ciência, dispensando de todo o papel da cultura e das artes na construção de uma cidadania do mar.

Dotado de uma subunidade de investigação, documentação e empenhedorismo desde março de 2012, o CIEMar-Ílhavo, o MMI procura alargar o seu projecto transitando do ordenamento de memórias para iniciativas de maior intervenção social em domínios relevantes da relação de Portugal com o mar. A promoção de discursos e saberes sobre a pesca do bacalhau, acerca das pescas e dos pescadores em geral, através do cinema, do teatro e da fotografia, são dinâmicas em curso que, em boa medida, o MMI estimulou contagiando outras instituições na sociedade portuguesa e diversos museus e comunidades marítimas espanholas.

Conclusões

A gestão da memória e o trabalho de mediação memorial dos museus levanta dilemas difíceis que a experiência invocada confirmou. O caso dos museus marítimos de comunidade – bem diferente dos museus navais de âmbito nacional –, que corresponde ao perfil do MMI, coloca em evidência os seguintes problemas:

- O conceito e as práticas de Conservação Memorial suscitam dúvidas sobre o alcance do conceito e evidenciam as limitações de uma metáfora teórica e prática;
- O património material (representado nas coleções) e os patrimónios imateriais (narrativas memoriais baseadas em testemunhos vividos) são difíceis de conectar, dado o cânone colecionista que prevalece nos museus e nos próprios softwares de inventário;
- Importa promover a imaterialização dos patrimónios expressos nas coleções do museu por forma a aproximá-lo da comunidade e a construir afiliações identitárias, mas evitando a pretensão de se alcançar uma relação de causa e efeito nessas articulações, que raramente são lineares;

- Os objetos são portadores de uma história injuntiva e adquirem significado para a memória coletiva quando são expostos no espaço público dos museus, mas facilmente essas conexões de significado prescrevem.

O MMI tem como vocação principal preservar, de forma competente e criativa, patrimônios marítimos representados nas suas coleções. Recentemente, o Museu assumiu uma vocação mais ampla e socialmente audaz – a de instituição promotora de uma cultura marítima capaz de pluralizar memórias e de construir identidades. No que respeita ao processo de ‘maritimização’ do Museu, o balanço é altamente positivo.

A transição do antigo ‘Museu Marítimo e Regional de Ílhavo’ – assim designado até 1999 – para um ‘museu marítimo’ por excelência foi concretizada com êxito. A centralidade que os patrimônios relativos à pesca do bacalhau vinham adquirindo desde meados dos anos noventa do século XX tem permitido abordá-los criativamente, no âmbito de uma desejada polissemia conceptual da memória.

A renovação do edifício do Museu, baseada num projeto de arquitetura do gabinete ARX Portugal, bem como a abertura do Aquário de Bacalhaus, recentemente, deram ao Museu uma escala mais ampla, que se atesta em sucessivos records de públicos, hoje estabilizados na média de oitenta mil visitantes anuais.

A renovação do programa museológico, definida em 2003 e redefinida em 2013, assente nos eixos dinâmicos da investigação e do projeto expositivo, permitiu um efeito de rede e um processo de abertura que resultaram na construção de uma comunidade de públicos mais vasta e socialmente diversificada do que anteriormente.

Deve um museu marítimo ser um lugar de culto do passado ou, pelo contrário, espera-se que um ‘museu do mar’ seja um lugar de memória dinâmico e carismático, onde as comunidades se podem questionar e onde o público em geral se pode interessar por outras culturas e saberes a ponto de intervir socialmente para as proteger ou contestar?

Bibliografia

- AMORIM, Inês (2008) – *Homens da Terra ou Homens do Mar – Um Percurso Historiográfico*. In NUNES, F. Oneto (coord.) – *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora Editora, p. 27-70.
- AUGÉ, Marc (2001) – *Les Formes de L'Oubli*. Paris : Éditions Payot & Rivages.
- CATROGA, Fernando (2001) – *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto.
- COMISSÃO ESTRATÉGICA DOS OCEANOS (2004) – *O Oceano: Um Designio Nacional para o Século XXI*. Relatório. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- DU JOURDIN, Michel Mollat (1995) – *A Europa e o Mar*. Lisboa: Editorial Presença.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris (1994) – *Memória Social*. Lisboa: Teorema.
- GARRIDO, Álvaro (2011) – *A Epopeia do Bacalhau*. Lisboa: Edições CTT.
- ____ (2010) – *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*. 2ª Ed. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas & Debates.
- ____ (2006) – *A Economia Marítima Existe*. Lisboa: Âncora Editora.
- GARRIDO, Álvaro; LEBRE, Ângelo – *Museu Marítimo de Ílhavo, Um Museu com História*. Lisboa, Âncora Editora.
- GUILLAUME, Marc (2003) – *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras.
- HALBWACHS, Maurice (1925) – *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris: Félix Alcan.
- MAHAN, Alfred Thayer (1890) – *The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783*. Boston: Little, Brown and Company.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira (2009) – *Património, Herança e Memória. A Cultura como Criação*. Lisboa: Gradiva.
- NORA, Pierre (dir.) (1984-1993) – *Les Lieux de Mémoire*. Paris : Gallimard. 7 Vols.
- PERALTA, Elsa (2008) – *A Memória do Mar. Património, Tradição e (Re)imaginação Identitária na Contemporaneidade*. Lisboa: ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- POMIAN, Krzysztof – *Sur l'Histoire* Paris, Gallimard.
- RICOEUR, Paul (2000) – *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*. Paris : Éditions du Seuil.

